Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Curso: Cultura, Educação e Relações Étnico Raciais

Racismo na primeira infância: discursos docentes no contexto da Educação Infantil

Samanta de Oliveira Costa

São Paulo

2022

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Curso: Cultura, Educação e Relações Étnico Raciais

Racismo na primeira infância: discursos docentes no contexto da Educação Infantil

Samanta de Oliveira Costa

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais, do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação (ETNOCULT-CELACC)

Orientadora: Prof. Dra. Maria da Glória Calado

São Paulo

2022

Racismo na primeira infância: discursos docentes no contexto da Educação Infantil

Samanta de Oliveira Costa

Resumo: O presente trabalho aborda os discursos de professoras sobre a educação das relações étnico-raciais na educação infantil. O objetivo geral deste estudo é compreender a experiência de educadoras da educação infantil de uma escola de São Paulo (SP) sobre a percepção do racismo e o enfrentamento a esse problema no ambiente escolar. São objetivos específicos: analisar os impactos e desafios impostos pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; OLIVEIRA, 2021) entre professoras da educação infantil, tanto na vida pessoal delas como na vivência com os educandos; e verificar os conhecimentos das docentes participantes com relação à lei 10.639/03. A fundamentação teórica do trabalho aborda definições sobre racismo e, de forma específica, o racismo estrutural, racismo na educação e debate acerca do tema na educação infantil. Para chegar aos resultados, foi realizado um questionário aberto, composto por nove perguntas organizadas na plataforma *Google Formulários*, e enviado a 23 professoras de educação infantil da região de Cidade Ademar, Zona Sul da cidade de São Paulo (SP). O conteúdo foi respondido por 20 docentes. Após as respostas, o questionário foi dividido em categorias e analisado a partir do contexto da fundamentação teórica do trabalho. Silenciamento do racismo, manifestações de preconceito capilar, influências de famílias dos educandos em comportamentos racistas das crianças, preocupação com a formação da identidade dos educandos no cenário da educação infantil, o reconhecimento da relevância da representatividade, a necessidade de formação dos educadores e a persistência da invisibilidade da lei 10.639/03 para muitos (as) docentes da educação infantil estiveram presentes nos resultados da investigação.

Palavras-chave: Racismo. Educação Infantil. Primeira Infância. Formação Docente.

Abstract: The present work addresses the speeches of teachers on the education of ethnic-racial relations in early childhood education. The general objective of this study is to understand the experience of educators of early childhood education in a school in São Paulo (SP) on the perception of racism and addressing this problem in the school environment. Specific objectives are: to analyze the impacts and challenges imposed by structural racism (ALMEIDA, 2019; OLIVEIRA, 2021) among teachers of early childhood education, both in their personal lives and in the experience with the students; and to verify the knowledge of the participating teachers regarding the law 10.639/03. The theoretical basis of the work addresses definitions of racism and, specifically, structural racism, racism in education and debate about the issue in early childhood education. To reach the results, an open questionnaire was conducted, consisting of nine questions organized in *Google Forms* platform, and sent to 23 teachers of early childhood education in the region of Cidade Ademar, South Zone of the city of São Paulo (SP). The content was answered by 20 teachers. After the answers, the questionnaire was divided into categories and analyzed from the context of the theoretical foundation of the work. Silencing of racism, manifestations of capillary prejudice, influences of the students' families in racist behaviors of children, concern with the formation of identity of the students in the scenario of early childhood education, recognition of the relevance of representativeness, the need for training of

educators and the persistence of invisibility of law 10.639/03 for many teachers of early childhood education were present in the results of the investigation.

Keywords: Racism. Early Childhood Education. Early Childhood. Teacher Training.

Resumen: El presente trabajo aborda los discursos de las maestras sobre la educación de las relaciones étnico-raciales en la educación infantil. El objetivo general de este estudio es conocer la experiencia de los educadores de educación infantil de una escuela de São Paulo (SP) sobre la percepción del racismo y el tratamiento de este problema en el entorno escolar. Los objetivos específicos son: analizar los impactos y desafíos impuestos por el racismo estructural (ALMEIDA, 2019; OLIVEIRA, 2021) entre los profesores de educación infantil, tanto en su vida personal como en la experiencia con los alumnos; y verificar el conocimiento de los profesores participantes sobre la ley 10.639/03. La base teórica del trabajo aborda las definiciones de racismo y, en concreto, el racismo estructural, el racismo en la educación y el debate sobre esta cuestión en la educación infantil. Para llegar a los resultados, se realizó un cuestionario abierto, compuesto por nueve preguntas organizadas en la plataforma *Google Forms*, y enviado a 23 profesores de educación infantil de la región de Cidade Ademar, Zona Sur de la ciudad de São Paulo (SP). Contestaron 20 profesores. Tras las respuestas, el cuestionario se dividió en categorías y se analizó desde el contexto de la fundamentación teórica del trabajo. El silenciamiento del racismo, las manifestaciones de prejuicios sobre el cabello, las influencias de las familias de los alumnos en los comportamientos racistas de los niños, la preocupación con la formación de la identidad de los alumnos en el escenario de la educación infantil, el reconocimiento de la relevancia de la representatividad, la necesidad de formación de los educadores y la persistencia de la invisibilidad de la ley 10.639/03 para muchos profesores de educación infantil estuvieron presentes en los resultados de la investigación.

Palabras clave: Racismo. Educación Infantil. Primera infancia. Formación de profesores.

INTRODUÇÃO

O racismo é uma chaga aberta na sociedade brasileira. A violência racial é vivenciada diariamente em diferentes territórios, em especial nos periféricos, e acarreta efeitos físicos, psicológicos e sociais. Não à toa, pode ser comparada a um abismo. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2020), 56,3% dos brasileiros se declararam pretos ou pardos (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Nós, negros, representamos a maioria em território nacional e nas estatísticas negativas de todas as instâncias pesquisadas: 63% das residências chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza (GÊNERO E NÚMERO, 2019), uma em cada três mulheres negras vive em situação de pobreza e mais de 70% da população brasileira abaixo da linha da pobreza é negra (ESTATÍSTICAS SOCIAIS, 2021). O Atlas da Violência 2021 informou que 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, a chance de um negro ser morto é 2,6 vezes maior que um não negro. Já na taxa de homicídios contra mulheres em 2019, 67% eram mulheres negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Tais dados reforçam as inúmeras nuances que denunciam o racismo presente na sociedade brasileira, o qual também se reflete no contexto escolar.

> A discussão das relações étnicas em território brasileiro é uma questão antiga, complexa e, sobretudo, polêmica. Porém trata-se de uma discussão necessária para a promoção de uma educação igualitária e compromissada com o desenvolvimento do futuro cidadão. (CAVALLEIRO, 1998, p. 10).

Este trabalho aborda a temática da educação antirracista em um contexto escolar específico: a educação infantil, que atende indivíduos na primeira infância, período de formação da identidade e de outros aspectos físicos, motores, sociais e psicológicos de um ser humano. Escolheu-se esse recorte por conta da pouca produção científica sobre racismo e educação infantil (CARVALHO; FRANÇA, 2019).

Sob o aspecto pessoal, a ideia desta temática deu-se pelo meu ingresso no Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) em 2020, por meio do curso de especialização "Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais" (ETNOCULT) e por minha atuação há seis anos na educação infantil. Trabalhei por quase cinco anos em uma escola particular, na qual havia pouquíssimas crianças negras e as que se mantinham por algum tempo, por razões desconhecidas, saíam da escola. Atualmente, atuo como professora há mais de um ano em uma creche conveniada com a Prefeitura de São Paulo.

Obtive um adoecimento mental devido às experiências negativas que vivenciei durante o tempo que atuei como docente na rede particular. Presenciei muitos olhares estranhos, desconfiados, pais, mães e pessoas quando visitavam a escola e iam até a minha sala e me viam junto com as berçaristas. Elas perguntavam: "Quem era a pedagoga?". Quando respondido, o incômodo era nítido. Nunca compartilhei este sentimento com a direção ou demais colegas da instituição no tempo em que permaneci, mas eu era a única professora que morava longe e que não tinha carro, que não tinha as melhores roupas... Eu só conseguia sentir-me à vontade com a equipe da limpeza, cozinha, portaria e auxiliares, nunca me senti pertencente ao grupo de professores.

Após estes acontecimentos, fui em busca de um trabalho na minha comunidade com pessoas do meu entorno, o que me ajudou muito no meu processo de identidade como pessoa negra, como uma professora negra e periférica. Comecei também a me questionar, e a observar o comportamento das crianças negras, das professoras, bem como a ver situações que, sem um estudo mais aprofundado e um olhar atento, eu não conseguiria identificar como racismo estrutural. Por meio das vivências, percebi também que, infelizmente, esse fenômeno ocorre muitas vezes de forma inconsciente, mas que marca profundamente a vida dessas das crianças que, um dia, serão adultos.

A primeira infância é um marco muito importante na vida de qualquer criança e principalmente das negras, que geralmente são as que mais sofrem experiência negativas, as quais ficam registradas no inconsciente. Segundo um estudo do comitê científico Núcleo Ciência pela Infância - NCPI - da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, publicado em 2021, os possíveis efeitos do racismo na educação infantil são:

> Rejeição da própria imagem e impacto na autoestima; construção de uma identidade racial desvalorizada; restrições para realizar sua capacidade intelectual; problemas de socialização e inibição comportamental; propensão ao desenvolvimento de doenças crônicas na vida adulta; violência doméstica; estresse tóxico; ansiedade, fobia, depressão; e dificuldade de confiar em si mesmo (NCPI, 2021, p. 11).

Esses resultados comprovam que o racismo na primeira infância também tem impacto na vida adulta futura desses indivíduos. Os anos de experiência e de observação do comportamento de crianças e professores fizeram-me querer saber profundamente como docentes da educação infantil pensam as questões raciais,

principalmente as professoras pretas/pardas[1]. A partir disso e de leituras referentes ao tema, decidi optar por esta temática no meu trabalho de conclusão de curso (TCC).

O objetivo geral deste estudo é compreender a experiência de educadoras da educação infantil de uma escola de São Paulo (SP) sobre a percepção do racismo e o enfrentamento a esse problema no ambiente escolar. São objetivos específicos: analisar os impactos e desafios impostos pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; OLIVEIRA, 2021) entre professoras da educação infantil, tanto na vida pessoal delas como na vivência com os educandos; e verificar os conhecimentos das docentes participantes com relação à lei 10.639/03, “que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"” (BRASIL, 2003, online).

Já que o racismo impacta severamente a mente e a vida de crianças negras, consequentemente, os adultos negros também podem sofrer com tais marcas e traumas. Diante disso, como as professoras entrevistadas entendem os impactos do racismo na vida pessoal e de seus educandos? No caso das professoras negras, o racismo impactou e ainda impacta na vida delas?

Nesse contexto, foram construídas as seguintes hipóteses:

a) O racismo estrutural afeta docentes pardas e pretas e se expressa em experiências que elas vivenciaram na infância;
b) Ocorre silenciamento do racismo nas instituições escolares de educação infantil em virtude do não-reconhecimento das expressões do racismo estrutural na escola;
c) Os docentes da educação infantil conhecem a lei 10.639/03, porém verificam obstáculos ao colocá-la em prática.
d) Apesar das complexidades da educação das relações étnico-raciais, professores podem ser agentes de transformação na vida dos educandos, em especial de crianças atravessadas pelo racismo na educação infantil.

[1] Conforme desenvolvido ao longo do trabalho, o Censo Escolar de 2020 apontou que 96% dos professores na Educação Infantil são mulheres (GORZIZA; PILTCHER; BUONO, 2021). Esse dado refletiu-se no *corpus* desta pesquisa, já que todas as participantes do questionário são do sexo feminino.

Para desenvolver teoricamente o trabalho, foram feitas pesquisas sobre racismo estrutural, com base nos livros de Silvio Almeida (2019) e Dennis de Oliveira (2021). Além disso, também se abordou o racismo nas escolas brasileiras, com base principalmente em Eliane Cavalleiro (1998), Kabengele Munanga (2005), Nilma Lino Gomes (2005; 2012) e Maria da Glória Calado (2013). Na terceira etapa da fundamentação teórica, olhou-se mais especificamente para a educação infantil, com auxílio dos escritos de Daniela Melo de Carvalho e Dalila Xavier de França (2019), retomada de Cavalleiro (1998), Valdirene Contarato Pereira (2018), Jociara Rejane da Silva (2016), entre outras referências.

Ao longo de sua realização, o projeto de TCC passou por transformações decorrentes do tempo disponível para a realização do trabalho. Inicialmente, a busca era por entender como se deu os processos de racismo na vida dos docentes participantes desta pesquisa no âmbito escolar e, a partir destas reflexões, criar estratégias de combate às humilhações disfarçadas de "bullying" e descolonizar construções racistas que já não cabem mais no cotidiano escolar, de forma a romper com o silenciamento do racismo no contexto escolar. Para isso, seriam utilizados um questionário e estratégias de formação docente por meio de rodas de conversa. No entanto, diante do tempo disponível e de tentativas iniciais frustradas para agendar a formação, optou-se por focar o artigo na análise dos resultados do questionário virtual aplicado com docentes da educação infantil.

A formação seria realizada em uma creche conveniada com a prefeitura, localizada na zona sul de São Paulo no bairro de Americanópolis, no distrito de Cidade Ademar, no qual 52,1% da população é preta e parda, de acordo com o Censo de 2010 (LUZ, 2020). A expansão deu-se de forma desordenada e de grande vulnerabilidade social. O entorno do Centro de Educação Infantil (CEI) dispõe de pequenos comércios, casas, transporte público, escolas, farmácias, pronto socorro, unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMAs) e igrejas. A rua em que fica localizada possui outras duas instituições de educação infantil, bem como em vias próximas, observa-se muitos moradores em situação de rua e dependentes químicos.

O CEI contribui para que as famílias possam deixar seus filhos com segurança em um espaço educacional de qualidade e vem atender os preceitos constitucionais, entendendo a educação como direito de todos, dever do Estado e da família. A instituição existe há um ano e atende aproximadamente 170 crianças, possui uma equipe de 33 pessoas, sendo 20 docentes, três auxiliares de classe, três pessoas do

apoio, quatro da cozinha e três na administração. Com dados de 2021, levantados pela própria administração do CEI, por meio de questionário enviado às famílias, sabe-se que aproximadamente 70% das famílias recebem até um salário mínimo, 48% vivem em casa alugada, 55% dos responsáveis não trabalhavam e 54% possuem o ensino médio completo.

Com as mudanças no percurso da pesquisa qualitativa e exploratória (GIL, 2008), optou-se por formular um questionário aberto, com nove perguntas, e enviá-lo a 23 professoras de educação infantil da região de Cidade Ademar, trabalhadoras do CEI descrito acima. Após as respostas, o questionário foi dividido em categorias e analisado a partir do contexto da fundamentação teórica do trabalho. A metodologia de pesquisa também incluiu revisão de literatura em materiais bibliográficos e documentais (GIL, 2008).

Este trabalho está distribuído nas seguintes seções: na fundamentação teórica, serão abordados tópicos sobre o racismo estrutural, racismo na educação e, de forma específica, na educação infantil. Em seguida, serão apresentados os resultados e análises dos questionários aplicados de forma virtual. Por fim, o artigo trará as considerações finais e as perspectivas de trabalhos futuros sobre a temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

RACISMO

O fenômeno do racismo é complexo, tem raízes na origem colonial, que usou a raça como elemento de dominação dos povos (QUIJANO, 2005) e atinge diferentes setores da sociedade, entre eles, a política, a economia, o esporte, a cultura e a educação. Diante disso, Silvio Almeida (2019) define esse problema social como "[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (ALMEIDA, 2019, p. 22).

No Brasil, esse fenômeno possui características específicas, conforme aponta Nilma Lino Gomes (2005):

> Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente

> de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2005, p. 46).

Por exemplo, a iniciativa Diálogos contra o Racismo, em 2005, identificou que 87% reconhecem a existência do racismo no Brasil, mas 96% não se dizem racistas, o que demonstra uma dificuldade de os indivíduos reconhecerem o racismo neles próprios (GOMES, 2005). De acordo com Nei Lopes (2004), racismo é

> [...] doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, etc. sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade. (LOPES, 2004, p. 557).

Já Eliane Cavalleiro (2007) afirma que

> A construção do racismo atual deriva, em certa medida, das teorias evolucionistas do século XIX, que acabaram por influenciar várias áreas do conhecimento, entre elas a Biologia e as Ciências sociais. A ideia de igualdade entre homens defrontava-se com a afirmação da existência de uma hierarquia racial entre os homens, o chamado racismo científico (CAVALLEIRO, 2007, p. 29)

Apesar de a palavra “raça” ser questionada por alguns grupos, ela foi assumida pelo Movimento Negro, conforme explica Gomes (2005):

> O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (GOMES, 2005, p. 45).

Ainda no campo dos estudos sobre o racismo, é possível considerar o preconceito como “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo” (GOMES, 2005, p. 54). Enquanto o racismo e o preconceito estão relacionados a crenças e a concepções de mundo, a discriminação racial tem relação direta com a distinção e diferenciação em comportamentos práticos (GOMES, 2005). Um exemplo de discriminação acontece quando uma criança negra é tratada de forma inferiorizada no ambiente escolar. Como esses comportamentos estão vinculados

com uma repetição constante, pode-se verificar que eles se identificam com o racismo estrutural, segundo a abordagem trazida por Almeida (2019):

> Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.
>
> A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 33-34)

O enfrentamento ao racismo tem a educação como um caminho potente, porém, ao mesmo tempo que as escolas são um *lócus* privilegiado de ações antirracistas (CALADO, 2013), é necessário também reconhecer e lutar contra o racismo existente entre os próprios atores escolares, a começar pela educação infantil.

RACISMO E EDUCAÇÃO

No livro *Negras (In) confidências: Bullying, não. Isto é racismo*, Benilda Brito e Valdecir Nascimento afirmam que: "O racismo está totalmente ligado ao processo de ensino-aprendizagem (...) “A maior armadilha do racismo é a negação de nossa identidade, e a maior estratégia de combate ao racismo é a afirmação de nossa identidade. Por isso, a luta contra o racismo é uma luta de todos que acreditam ser possível escrever uma nova história” (BRITO; NASCIMENTO, 2013, s.p.).

A definição de Brito e Nascimento aborda a identidade, outro conceito importante na educação das relações étnico-raciais:

> A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178 apud GOMES, 2005, p. 40).

Nesse contexto, a valorização da identidade negra é uma das tarefas da educação, que deve ser cumprida de forma continuada, crítica e problematizadora:

> Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p. 43)

A relevância da educação na construção de uma identidade negra positivada e no combate ao racismo é tão grande que o campo educacional se tornou bandeira de luta dos movimentos negros ao longo do século XX (CALADO, 2013). Além de iniciativas feitas pela Frente Negra Brasileira (FNB) e Teatro Experimental do Negro (TEN) em busca da alfabetização de pessoas pretas e na luta pela garantia do direito à educação para todos os negros, pode-se destacar também as reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU) feitas em 1982 em busca do espaço para a visibilização da história e cultura negras nos ambientes escolares:

> desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114)

A luta dos movimentos negros transformou-se posteriormente em legislação: a lei 10.639/03 foi promulgada em 2003 como uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96. Por meio dela, a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” tornou-se obrigatória no currículo oficial da rede de ensino (BRASIL, 2003). Para regulamentar e implementar a legislação, foram elaborados documentos como o Parecer 003/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução 001/04) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientaram a implementação da lei 10.639/03 (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

No entanto, apesar da existência das legislações, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Além disso, é possível verificar diferentes expressões de reprodução do racismo na escola (CARVALHO; FRANÇA, 2019). Desse modo, ainda que haja avanços no campo das legislações, faz-se necessário superar preconceitos na mente de educadores. Nesse sentido, Kabengele Munanga (2005) pondera que "não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das professoras, atitudes essas provenientes de sistemas culturais de todas as sociedades humanas" (MUNANGA, 2005, p. 17). No caso da lei 10.639/03, há problemas na implementação por conta de lacunas na formação inicial e continuada de professores, poucos livros didáticos sobre história e cultura afro-brasileira, falta de gestão participativa e do próprio racismo institucional, além da falta de coesão entre políticas ligadas a essa lei e outras políticas educacionais (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

Entre os desafios da educação no combate ao racismo, estão o rompimento com o mito da democracia racial, que faz muitas pessoas acreditarem viverem em um paraíso racial, no qual não há preconceitos nem discriminações (GOMES, 2005; CALADO, 2013) e, dessa forma, romper também com o silenciamento das situações de racismo no ambiente escolar.

RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil lida com educandos (as) na primeira infância, dessa forma, torna-se fundamental para o desenvolvimento humano:

> A função da Educação Infantil é significativa para o progresso humano, principalmente quando parte da construção do caráter e da identidade, tendo como base a educação para as relações étnico-raciais. Os ambientes comunitários educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços responsáveis pelo processo educacional das crianças, logo se faz necessária a promoção de ações que venham calhar no combate ao preconceito, à discriminação, ao racismo, e, para além disso, valorizem as diferenças que compõem tal espaço, viabilizando o reconhecimento e a importância dos variados círculos étnico-raciais que compõem a história e a cultura brasileira. O espaço escolar deve ser aberto às experimentações infantis e deve proporcionar que as crianças construam uma autoimagem confiante, cuidando de seus aspectos estéticos e de embelezamento condizentes com a apreciação das diferenças (CAMPOS; SORIANO, 2021, p. 115)

Existe pouca produção acadêmica sobre racismo e educação infantil, conforme constataram Carvalho e França (2019) ao fazerem uma revisão integrativa de literatura sobre estratégias de enfrentamento do racismo na escola. Uma das pioneiras nesse campo foi Eliane Cavalleiro, que na dissertação *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, observou reprodução de discriminações, como a distribuição diferente de carinho de professores para com crianças brancas, em comparação com crianças negras (CAVALLEIRO, 1998). Uma constatação semelhante foi encontrada na pesquisa de (...), com relatos de que bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que bebês brancos:

> Esse aspecto também foi evidenciado no relato da professora Lígia na pesquisa de Ferreira e Camargo (2011), que, ao expressar sua experiência escolar como aluna negra, revelou a sensação que ela tinha de que nunca conseguiria aprender e as lembranças de que nunca teve o carinho dos professores da educação infantil que as estudantes brancas tinham (CARVALHO; XAVIER, 2019, p. 150)

Na contramão da lei 10.639/03, ainda persiste uma ideologia racial branqueadora na educação infantil, expressa em diferentes situações do cotidiano:

> A impossibilidade das crianças negras reconhecerem, no espaço da creche, referências do patrimônio cultural afro-brasileiro gera um vazio, um buraco, que é preenchido por toda ideologia racial branqueadora (BENTO, 2012). Em sua pesquisa de mestrado, Rosa (2009) mostrou como muitas vezes as instituições de educação infantil não possuem elementos que representem a diversidade racial existente em nossa sociedade. Como exemplo, a pesquisadora expôs que muitas creches não apresentam pentes adequados para pentear os cabelos dos meninos e das meninas pequenininhos/as negros/as, limitando as crianças negras aos cuidados inadequados, construindo a ideia de que seus cabelos são ruins e por isso não é possível penteá-los adequadamente por pentes usuais. Esse processo não é simples despossessão, mas também humilhação: um atentado contra o ser. As histórias contadas, as posturas de legitimação ou não de um pertencimento afro-brasileiro, todas as imagens coladas nas paredes nas creches e pré-escolas não são neutras, representam uma peça--chave para a reprodução e manutenção do padrão racial imposto. A construção do não dito, do oculto, direciona as subjetividades não hegemônicas à não aceitação social, ou seja, reforça os padrões que instituem a discriminação a partir da reafirmação de espaços constituintes do padrão/aceitável e do não padrão/rejeitável (SANTIAGO, 2015, p. 453).

O silenciamento é outro problema grave ocorrido em instituições de ensino, inclusive as que possuem educação infantil. Eliane Cavalleiro (1998) afirma que

> O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar

> contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade (CAVALLEIRO, 1998, p. 52)

Os achados de Eliane Cavalleiro e Flávio Santiago demonstram que há reprodução do racismo na educação infantil, cuja principal consequência é a apresentação de uma identidade negativa perante o próprio reconhecimento racial já na primeira infância (SANTIAGO, 2015). Existem problemas com a representação nos lápis de cor, por exemplo: apenas o tom claro é definido como “cor de pele” em muitas instituições escolares. Flávio Santiago traz outros exemplos:

> Dentro desse contexto, as crianças pequenininhas negras aprendem a ser o outro, aquele que não é representado no contexto da educação infantil, ou sequer mencionado, passando somente a ser uma desconhecida, uma qualquer, uma subalterna. Nesse processo, são criados diferentes mecanismos para a afirmação do branqueamento, entre eles a institucionalização de pedagogias que castram todas as formas que não cabem nas normas da branquitude. Como elemento estratégico para a legitimação dessa forma de ensinamento, são construídas imagens que ligam os sujeitos que não se enquadram nos padrões de brancura enquanto os outros: os estranhos, os pretinhos, os marginais, as safadas, os malandros, os bagunceiros, os moreninhos, coisificando as crianças negras negativamente, não as vendo em suas singularidades e enquanto sujeitos possuidores de desejos e direitos. (SANTIAGO, 2015, p. 443)

Nesse contexto, Valdirene Contarato Pereira (2018) ressalta a importância

> de uma mudança nas práticas escolares nas instituições de Educação Infantil devendo ser um compromisso inadiável de todos/as responsáveis pela formação das crianças, sobretudo pela constatação de que o racismo e seus desdobramentos se apresentam na educação infantil sendo silenciado e/ou naturalizado, permitindo processos de exclusão social que acabam introduzindo na constituição dos sujeitos, o mito da democracia racial desde a infância. (PEREIRA, 2018, p. 9)

Jociara Rejane da Silva (2016) também traz essa perspectiva em sua monografia de conclusão do curso de Pedagogia, pesquisa na qual ela estudou o ensino para as relações étnico-raciais na Educação Infantil:

> Sabe-se que a Educação Infantil é à base do processo formativo, para tanto é preciso que o ensino seja redirecionado, considerando as especificidades dos educandos valorizando sua cultura e ensinando-os princípios norteadores da Educação para as relações étnico-raciais, desta forma o professor estará subsidiando a formação de seus educandos na perspectiva humana, propiciando uma formação humanizada, que considera não apenas os conceitos mas no que estes conceitos implicam para construção de sujeitos que se preocupam com seus pares e como suas ações podem influenciar os que rodeiam-no (SILVA, 2016, p. 65)

Entre os achados de Carvalho e Xavier (2019), foi localizada uma pesquisa focada em alunos da educação infantil, na qual a estratégia de enfrentamento proposta foi um conjunto de palestras sob a forma de diálogo participativo associada a formação de docentes. Nas pesquisas, as autoras não localizaram investigações

sobre livros focados na educação infantil. Em relação a outros achados, as autoras relatam que

> Um deles foi o estudo de Aguiar, Piotto e Correa (2015), que apresentam dados sobre a observação de estagiários de Pedagogia sobre situações de preconceito e discriminação por parte de professores da educação infantil. Comentários sobre as características físicas dos alunos negros, valorização e comparação das qualidades dos discentes negros e brancos e diferença entre os afetos dispensados aos alunos pela sua cor fizeram parte dos dados coletados pelos estagiários. Apesar disso, os estagiários relataram apresentar dificuldades em reconhecer situações de preconceito e discriminação. O outro artigo, de Valente (2005), apresenta dados semelhantes sobre a manifestação de preconceito no contexto da educação infantil. Esse estudo traz uma proposta de intervenção com os estudantes da educação infantil para trabalhar o reconhecimento da diferença e inverter o processo que tende a associar tal reconhecimento aos estereótipos negativos. (CARVALHO; XAVIER, 2019, p. 160)

Essas e outras investigações têm em comum uma dificuldade dos docentes para lidar com situações de preconceito e discriminação que aparecem em sala de aula, desse modo, a formação de professores desponta como uma ação fundamental para o enfrentamento do racismo no contexto escolar (CARVALHO; XAVIER, 2019). Além disso, Silva (2016) destaca ser imprescindível:

> que haja uma relação mais estreita e harmônica entre a instituição escolar e a família uma vez que estas fazem parte da base de formação das crianças (alunos). É necessário que a instituição crie projetos que tragam a família para dentro da escola, para que a mesma perceba que o trabalho feito em sala de aula precisa de uma continuação em casa, e assim então possam finalmente ter uma Educação de qualidade, pautada no respeito, na ética e com valores, que amenizem as desigualdades e tragam mais oportunidades para todos, estabelecendo em consonância com as políticas de ações afirmativas empreendidas pelo Estado, em todos os níveis de ensino e que atendam a demanda e a necessidade de se trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil. (SILVA, 2016, p. 67)

Diante desse cenário, buscou-se compreender a experiência de educadoras da educação infantil de uma escola de São Paulo (SP) sobre a percepção do racismo e o enfrentamento a esse problema no ambiente escolar a partir da aplicação de um questionário com professoras de educação infantil, conforme mencionado na introdução deste trabalho, para se analisar os impactos e desafios impostos pelo racismo estrutural entre as pessoas pesquisadas, bem como verificar os conhecimentos das docentes participantes com relação à lei 10.639/03. Assim, os resultados apresentados a seguir contribuirão para que se compreenda os desafios para a promoção de uma educação antirracista na educação infantil.

RESULTADOS

O questionário aplicado como instrumento desta pesquisa foi composto por nove questões sobre o racismo na educação infantil. O material foi encaminhado para 23 educadoras que atuam em Cidade Ademar, São Paulo (SP), no início do segundo semestre de 2022 e foi respondido por 20 delas. O envio do material ocorreu via correio eletrônico (e-mail) para cada participante do estudo, ficou disponível por uma semana e foi divulgado pessoalmente para as pessoas que o responderam.

O quadro abaixo permite visualizar de forma geral o cargo e o tempo de atuação das educadoras que participaram do levantamento. A fim de preservar a identidade das sujeitas de pesquisa, elas serão identificadas com as siglas P1 a P23:

Quadro 1 – Tempo de atuação na Educação Infantil das respondentes do questionário

NOME	COR	FORMAÇÃO ESCOLAR	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	TEMPO DE ATUAÇÃO
P1	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	10 ANOS
P10	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	10 ANOS
P2	PRETO	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	6 ANOS
P3	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	6 ANOS
P8	PARDA	PEDAGOGIA	AUXILIAR DE CLASSE	6 ANOS
P11	BRANCA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	6 ANOS
P5	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	2 ANOS
P9	BRANCA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	2 ANOS
P12	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	2 ANOS
P13	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	1 ANO E 6 MESES
P15	PRETA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	1 ANO E 6 MESES
P19	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	1 ANO E 6 MESES
P6	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	1 ANO E 4 MESES
P14	PARDA	PEDAGOGIA	AUXILIAR DE CLASSE	6 MESES
P4	BRANCA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	4 MESES
P16	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	20 ANOS
P17	BRANCO	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	20 ANOS

P21	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	20 ANOS
P20	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	18 ANOS
P23	BRANCA	PEDAGOGIA	COORDENADORA	DESDE 1990
P7	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	NÃO RESP. A PESQ.
P18	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	NÃO RESP. A PESQ.
P22	PARDA	PEDAGOGIA	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	NÃO RESP. A PESQ.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A presença maciça de mulheres reflete a realidade brasileira revelada pelo Censo Escolar de 2020: 96% dos docentes na Educação Infantil são mulheres (GORZIZA; PILTCHER; BUONO, 2021). Ao pesquisar sobre o tema, Patrícia Costa Ataíde reúne algumas razões que explicam a presença feminina na docência com crianças:

> O ingresso quantitativo e qualitativo das mulheres na docência foi um marco significativo da profissão, no contexto em que as representações são mecanismos usados para justificar o fato de privá-las da atuação em sociedade. Nessa perspectiva, percebe-se que por conveniência surge o momento de destinar-lhes uma profissão "adequada", o que elas, que almejavam por estarem além das paredes de suas casas ou das idas à igreja, aceitaram de bom grado. Portanto, surge nesse contexto a mulher professora, para satisfazer a uma necessidade de mão de obra, tendo para isso, que fazer uso da imagem da mulher dócil, submissa e com espírito materno, que são representações para torná-la passiva diante das precárias condições de trabalho que caracterizavam a profissão.
> [...] Para elas, os espaços de atuação na docência já estão delimitados de maneira que as mulheres exerçam suas atividades com os alunos se as alunas menores e, os homens, com os maiores, já que, segundo elas, os homens são mais racionais e as mulheres são mais cuidadosas, verdadeiras mães. Logo, as protagonistas desse estudo acreditam que em se tratando de profissão docente, as mulheres têm um perfil para ensinar crianças e os homens para o ensino dos alunos maiores ou adultos, devido a características inerentes ao gênero, portanto, inerentes à sua identidade e, por conseguinte, imperativas para a escolha da docência como profissão (ATAÍDE, 2015, p. 155-156).

A média de tempo de atuação em escolas de Educação Infantil por parte das entrevistas é de 7,8 anos. Entre as entrevistadas, há tanto pessoas com vasta experiência na área, como profissionais ingressantes, com meses de vivência nesse setor educacional. O gráfico abaixo apresenta as informações de maneira mais visual:

Figura 1 – Tempo de atuação das docentes na Educação Infantil

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ao longo do questionário, as participantes da pesquisa foram indagadas sobre as motivações que as levaram a escolher a profissão docente. Entre os pontos em comum, foi possível observar a admiração pela profissão e o gosto por ensinar (4 respostas), o fato de se gostar e amar crianças (3 respostas), inspirações na família (3 respostas), sonho de infância (2 respostas) e preocupação com a formação cidadã dos alunos (2 respostas). Já os tópicos a seguir tiveram uma resposta cada um: importância social da profissão, paixão pela pedagogia após o início como auxiliar de classe, ingresso na docência em virtude de questões financeiras, participação anterior em projetos sociais, incentivo de colegas professores, bem como a falta de opção seguida de posterior paixão pela pedagogia.

Apesar de respostas mais curtas neste trecho, alguns relatos foram mais robustos, a exemplo de P4, responsável por responder que:

> Acredito que a Educação Seja muito importante para vida de todos, que possibilita conhecimento, aprendizado e poderá contribuir em uma vida mais igualitária e justa para os cidadão (sic), Por isso resolvi ser professora, para contribuir na construção e formação desse saber (P4, 2022).

Já P11 afirmou que a educação a escolheu: “[...] fiz parte de alguns projetos sociais e sempre dei aula de teatro e isso só fortaleceu para cursar pedagogia”. Por sua vez, P23 declarou: “Acredito que através da Educação o mundo pode seguir por caminhos mais humanos e dignos”. As respostas destacadas fortalecem o caráter social e cidadão da profissão de pedagogo.

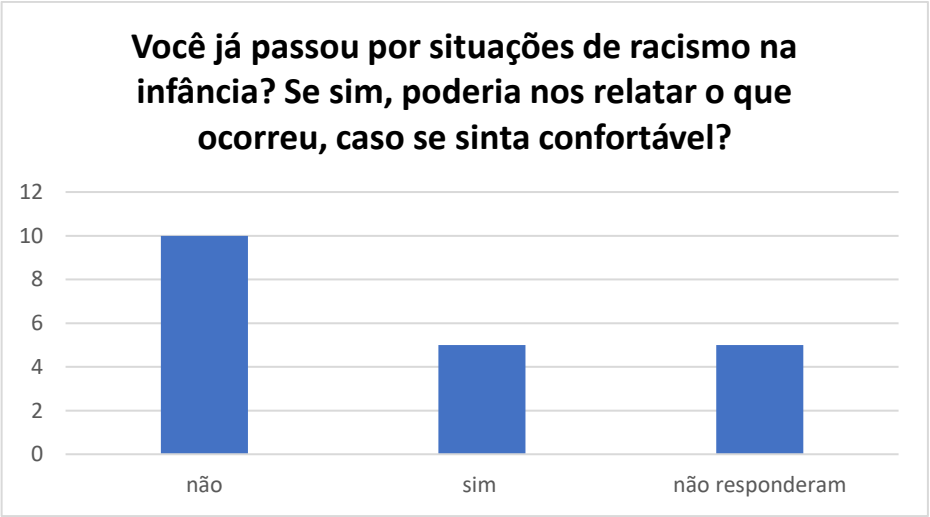
Um levantamento anterior, feito por Adriane de Castro Menezes Sales e Edna Maria Querido de Oliveira Chamon (2011) a respeito da escolha da carreira e processo de construção da identidade profissional docente no Ensino Fundamental I,

demonstrou que, em meio a uma amostra de 964 questionários, houve respostas vinculadas à idealização da atuação do professor e também concepções que relacionaram educação e redenção social. No levantamento: 21% atribuíram a escolha de ser docente ao desejo de aprender constantemente; 19%, para fazer algo de útil à sociedade; 17,9%, por opção; 17,8%, para formar outras pessoas; 15,7% por sempre ter sonhado com a profissão docente; 14,9% pelo prazer de explicar e se fazer entender (SALES; CHAMON, 2011). Além disso, a vocação e a identificação com a docência têm sido determinantes para a permanência na profissão (ATAÍDE, 2015), o que pode ser observado, no universo de estudo da presente pesquisa, pelo fato de haver sete docentes com mais de 10 anos de experiência em sala de aula. Esse recorte aproxima as respostas das sujeitas de pesquisa de investigações mais amplas sobre a atuação docente.

Cicatrizes da infância

Com relação à pergunta “Você passou por situações de racismo na infância? Se sim, pode nos relatar o que ocorreu, caso se sinta confortável?”, foi possível observar o panorama abaixo:

Figura 2 – Situações de racismo na infância das professoras



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Entre as respostas positivas, os principais relatos trouxeram situações vinculadas ao cabelo crespo, em situações vinculadas ao preconceito capilar (SILVA; NASCIMENTO; ARANTES, 2018), interpretado neste trabalho como uma expressão do racismo estrutural. A entrevistada P2, uma mulher preta, por exemplo, relatou: "Passei por várias situações.... ser maltratada por professores e até por colegas. Um

fato que me marcou foi as críticas referente ao meu cabelo". Já P8 declarou: "Não diretamente! Mas sempre com um pouco de indiferença por ter o cabelo crespo, as músicas". Por sua vez, P21 contou que

> Sim, sendo filha de mãe branca e pai Negro, e os irmãos brancos , eu era a pretinha do cabelo Crespo, os meus irmãos cantava a música nega preta e dizia que eu era adotada, mesmo sendo brincadeira de criança eu chorava muito e achava que realmente era adotada, porém a minha mãe sobre resolver essa situação.

Os relatos das professoras negras corroboram pesquisas de Nilma Lino Gomes (2002) feitas sobre a construção da identidade negra. A pesquisadora analisa que

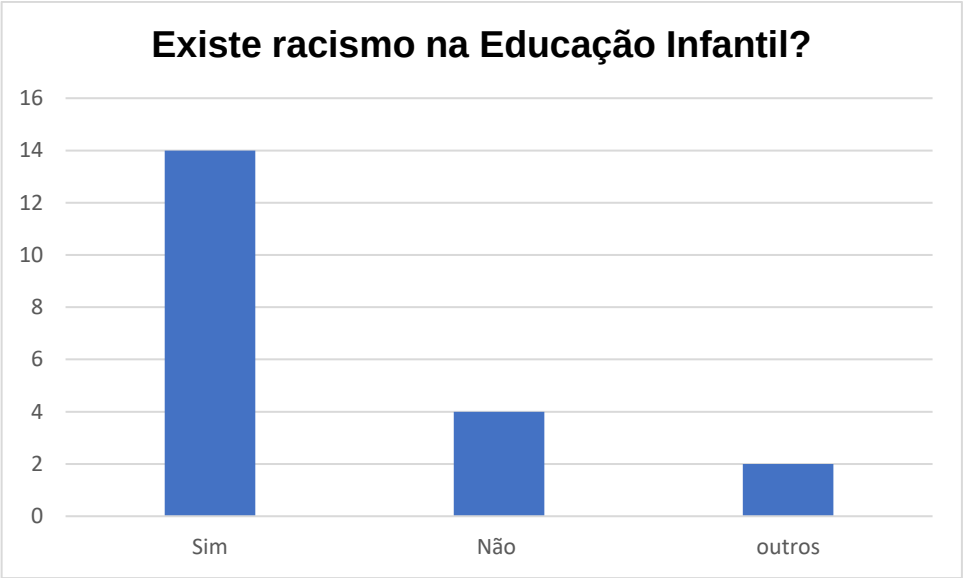
> As experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. Mas engana-se quem pensa que tal processo inicia-se com o uso de produtos químicos ou com o alisamento do cabelo com pente ou ferro quente. As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra – hoje, uma mulher adulta – como o penteado preferido da infância (GOMES, 2002, p. 43).

Já a entrevistada P6, que é parda, relatou que nunca sofreu racismo na infância por ter sido criado em uma comunidade baiana quilombola. Por meio dessa resposta, é possível deduzir que os ambientes de quilombo podem ser considerados como locais de resistência contra o racismo estrutural existente na sociedade brasileira.

Existência do racismo na educação infantil

As perguntas 5 a 9 do questionário semiaberto utilizado nesta investigação trataram sobre a educação antirracista. Uma das perguntas iniciais sobre o tema foi: “Existe racismo na educação infantil? Por quê?”. O gráfico a seguir sistematiza a parte quantitativa referente ao questionamento:

Figura 3 – Existe racismo na educação infantil?



Fonte: Elaboração própria, 2022.

O levantamento demonstrou que já existe um reconhecimento maior do racismo no contexto escolar, porém ainda é possível observar marcas do silenciamento dele por meio de quatro respostas negativas, o que coincide com a realidade descrita por Maria da Glória Calado (2013). A pesquisadora alerta que negar o racismo produz silenciamento e reforça preconceitos e discriminações raciais:

> Pesquisas sobre relações raciais na educação (FAZZI, 2006; CAVALLEIRO, 1998) têm mostrado que os professores tendem a silenciar frente às manifestações do preconceito e da discriminação racial vivenciados no âmbito da escola. Esse silenciamento retroalimenta o preconceito e a discriminação racial, gerando conflitos psíquicos no processo de formação da identidade dos educandos que repercutem ao longo de suas vidas (CALADO, 2013, p. 20).

Há um impacto da experiência pessoal nas respostas que apontam a inexistência do racismo na Educação Infantil. Quando questionadas sobre os motivos pelos quais apontaram que não havia racismo na Educação Infantil, duas docentes respondentes afirmaram nunca ter presenciado situações dessa natureza, a exemplo de “Não !! Por que na minha presença não vejo as crianças excluindo negros dos brancos ou vice e versa.” (P17). Em outra resposta, uma professora mencionou que criança não tem racismo, enquanto uma quarta respondente não justificou seu não.

Já entre as justificativas que apontaram a existência do racismo na Educação Infantil, houve menções a influências familiares no comportamento racista de crianças (5 respostas) e reprodução das atitudes de adultos (2 respostas):

> “Acredito que sim! Já ouvi várias relatos (sic) de colegas professoras, que algumas crianças, falaram que o cabelo da colega é feio e cabelo ruim. Provavelmente ela reproduziu algo que ouviu de adultos.” (P4)
> “A criança ela não é racista! Sim existe! Depende de como essa criança é orientada em casa ou no seu convívio.” (P6)
> “Sim, as crianças reproduzem o que vêem os adultos fazendo... Nós somos espelhos para eles. Se elas vêem alguém sendo preconceituoso elas iram reproduzir mesmo não entendo o sentido do que está fazendo.” (P12)
> “Não deveria existir mas tem algumas famílias que passam conceitos extremamente errados que acabam refletindo nas crianças e na escola.” (P3)
> “Sim, a criança é o espelho da família. Quando têm racismo dentro dela, a criança traz para o CEI.” (P21)
> “Sim. Porque quem responde pela criança pequena é a família, esta pode ser que traz consigo o racismo enraizado e reproduz o que aprendeu.” (P23).

Nesse contexto, as respostas de P11 e P6, que serão reproduzidas a seguir, dialogam diretamente com as pesquisas de Eliane Cavalleiro (1998) sobre o silenciamento do racismo na Educação Infantil: “Entre os pequenos nunca vi, mas entre os adultos com os pequenos, sim!” (P11) e “Sim! Porque ainda usamos o estereótipo ao tratar as crianças e os bebês.” (P6):

> (...) há uma distribuição desigual do contato físico entre as professoras e seus alunos negros e brancos, assim como maneiras diferentes de avaliá-los em suas atividades escolares (...) predominância do silêncio nas situações que envolvem o racismo, preconceito e discriminação étnicos, o que permite supor que a criança negra, desde a educação infantil está sendo socializada para o silêncio e para a submissão. Mais grave ainda a criança negra está sendo levada a se conformar com o lugar que lhe é atribuído: o lugar do rejeitado, o de menor valia (...) (CAVALLEIRO, 1998, p. 9).

Além da influência dos adultos no comportamento racista de crianças, houve outras justificativas e descrições apontadas pelas participantes da pesquisa, tais como a exclusão por ser negro e pobre, reprodução de estereótipos, preconceito capilar, outras brincadeiras maldosas, falta de apoio dos adultos no enfrentamento ao racismo e também a falta de conhecimento das relações étnico-raciais e história do Brasil, com uma resposta sobre cada tópico. A importância da educação em casa e na escola foi um dos fatores apontados para que o cenário mude. Apenas uma resposta que afirmou a existência do racismo no Brasil não teve justificativa:

> “Sim. Principalmente com as meninas com relação aos seus cabelos. Graças a Deus que isso está mudando” (P10)
> “A criança em si não sabe o que é o racismo, mas em seu entorno ela já escuta palavras pejorativas em relação ao negro.” (P8)
> “Sim, porque a criança muitas vezes e ridicularizada nas brincadeiras maldosas pela cor da pele, cabelo, pela sua roupa ou pelo seu gosto, e geralmente é vítima de risos pela própria criança que não é assistida pela família e escola com exemplos de respeito às diferenças.” (P16).

Outra indagação presente no levantamento foi: Qual a importância de abordar as relações étnico-raciais na escola/educação infantil? Você acredita ser necessário?

Por quê? Uma das pessoas não respondeu, mas, entre o restante, todas as pessoas pesquisadas destacaram a necessidade de abordar o tema na educação infantil. Porém, as justificativas foram variadas e chegaram a apresentar contradições. Por exemplo, duas respostas afirmaram que os seres humanos são iguais, enquanto outras duas reforçaram o direito à diferença, conforme os exemplos abaixo:

> "É importante abordar para que a criança possa entender que ninguém é igual a ninguém! Eu não acredito ser necessário! Por que a criança não tem maldade pra mim é o adulto que influencia a criança!!" (P17)
> "A importância de mostrar que desde bebê/criança somos todos iguais, assim chega adulto mais consciente, humilde, tendo respeito ao ser humano e a natureza." (P21).

O respeito ao próximo (5 respostas) e a importância do conhecimento da cultura e do povo negro (4 respostas) foram bastante destacados pelas sujeitas pesquisadas também:

> "A importância é que criança pode levar reflexos de ações simples e mostrar para os adultos que a cerca que as diferenças fazem parte do mundo e posteriormente transformar este adulto em reprodutor destas ações no meio que vive. Muito necessário, porque esta criança vai crescer e a consciência já irá acompanhá-la e modificar o que está posto e imposto." (P23)
> "Sim! É fundamental, tanto para os alunos quanto para os educadores. Necessário para ter conhecimento da cultura, para ter consciência racial." (P2)
> "Muito importante, se o assunto é abordado da maneira correta desde cedo a criança cresce sem esse olhar e atitude preconceituosa. E também não se transforma em um tabu ou algo que as pessoas fingem que não existe." (P12).

A construção da identidade (2 respostas) e o destaque ao fato de que as crianças não nascem racistas (2 respostas) foram outros aspectos mencionados pelas sujeitas pesquisadas, conforme relatos exemplificados abaixo. Houve ainda citações sobre a relevância de se apropriar do assunto "relações étnico-raciais no Brasil", influência dos adultos no comportamento infantil, autoaceitação, rompimento com o silenciamento, conscientização, necessidade da criação de uma consciência racial, desconstrução de um mundo preconceituoso e construção de um mundo melhor:

> "Sim. É, sobretudo pela intensificação da construção da identidade delas, é o momento em que as crianças começam a se perceber no mundo e a perceber o outro." (P9)
> "Essas questões são necessárias a abordagem desde a infância, pois a criança precisa da construção da sua identidade, e na escola ela vai estar em contato com o outro e começa a perceber as diferenças e entender a essa naturalidade com a interação e o convívio das práticas envolvendo as ações realizadas." (P16)
> "Acredito que seja essencial abordar esse assunto, as crianças são muito inteligentes e aprendem com rapidez, sabemos também que existem muitos adultos intolerante, preconceituosos, e infelizmente passam esses conceitos para às crianças. Por isso a importância das crianças, compreender desde pequenos que existem diferenças étnico raciais, Que todos temos as nossas diferenças, e que isso é muito bom. Ser diferente é uma coisa boa, e que uma

> cor de pele não faz ninguém melhor ou pior. Temos que respeitar o outro sempre, e acredito que às crianças são capazes de repassar essa mensagem com amor e com muita rapidez.” (P4)
> “Acredito ser necessário! A criança ela não nasce racista o mundo em que vivemos a transformam. É importante abordar pois a criança vai ter as informações que todos samos (sic) iguais, assim não será um adulto traumatizado e vendo coisas onde não tem, de pessoas que querem o seu bem!” (P6)
> “É necessário sim pois as crianças não tem preconceito, sendo trabalhado desde pequeno acredito que pode fazer alguma diferença futuramente.” (P5)

Enfrentamento do racismo na educação infantil

A sétima pergunta trouxe a seguinte indagação: “Quais são os desafios da promoção de uma educação antirracista na educação infantil?”. Os tópicos principais sobre as respostas estão listados abaixo. Uma participante não respondeu ao questionamento e outra resposta esteve mais relacionada a caminhos para o enfrentamento do racismo na educação infantil. A formação docente e a família foram os tópicos mais mencionados pelas sujeitas pesquisadas:

- Falta de apoio familiar;
- Contradições entre os ensinamentos da escola e da família quanto ao racismo;
- Formação antirracista com familiares;
- Formação de professores;
- Necessidade de encontrar uma boa gestão escolar;
- Aceitação e dedicação de funcionários do CEI quanto à educação antirracista;
- Inserção de temas sobre a educação das relações étnico-raciais no planejamento pedagógico das aulas e da instituição;
- Representatividade e diversidade nos materiais didáticos;
- Necessidade de ações planejadas da escola;
- Ensino sobre a igualdade de direitos;
- Envolvimento da comunidade;
- Construção de uma sociedade menos violenta;
- Necessidade de vencer o silenciamento do racismo, que aumentou nos últimos anos;
- Sociedade e abertura das pessoas para o tema;
- Existência de muitos casos de racismo no Brasil;
- Persistência do racismo nacional;
- Desigualdades e diferenças socioeconômicas entre negros e brancos;

- Valorização da identidade de diferentes povos.

Falas como a “única raça que existe é a humana” foram localizadas no processo de pesquisa: “Concientizar (sic) as famílias em projetos, diálogos, reuniões, cotidiano, que existe a raça e ela é humana o que agrega é empatia e o amor para um mundo mais justo.” (P23). Nesse contexto, faz-se necessário ter cautela com esse tipo de discurso, que pode induzir a um silenciamento do racismo, problema apontado pela professora 5: “O silenciamento do racismo no ambiente escolar foi ampliado nos últimos anos, e os campos que pensávamos estarem mais protegidos têm sido motivo de violências tremendas, tanto contra alunos quanto professores.” (P5). Apesar do agravamento, o problema não é recente, conforme contextualizado por Calado (2013):

> Conforme pesquisa de Cavalleiro (1998), há um *silenciamento* sobre o assunto nas famílias negras, pois os educandos não mencionavam aos seus pais os preconceitos e discriminações raciais vividos na escola. Ao mesmo tempo, na família, também não se falava sobre o assunto. Por meio do silêncio, se procurava evitar o sofrimento dos filhos, simulando a inexistência do problema. Nesse sentido, a ideia de que vivemos numa sociedade na qual as relações raciais são harmoniosas, sob o mito da democracia racial, é, alguma medida, corroborada pela negação e pelo *silenciamento* dos conflitos raciais (CALADO, 2013, p. 156).

Romper com o silenciamento do racismo tanto na escola, como entre as famílias, é um dos principais obstáculos presentes no discurso das professoras participantes da pesquisa:

> “São vários, acredito que os pais ainda, são um grande problema. Pois ao entrar em alguns assuntos, teremos que tomar muito cuidado, a pessoas extremamente fechada para determinadas assuntos, mas por outro lado com um boa gestão (sic), e profissionais capacitados para trazer tais temas para a escola, acredito que todos só tenham a ganhar, principalmente às crianças. Sabermos que nosso país apesar de ter a maior parte dos cidadãos declarados negros e pardos, Vemos diversos casos de racismo, quase que diariamente nos jornais, isso é muito triste e preocupante. Por isso a importância de trabalhar esses temas, na Educação infantil. para contribuir na formação de pessoas justas, pessoas que respeite o outro, a tenham mais empatia.” (P4)
> “O aluno reproduz o comportamento de uma sociedade, e infelizmente ela já vem com o racismo, e na comunidade escolar é difícil quebrar essa barreira que já vem com essa estrutura racial, ou seja e preciso desmontar essa ideia com ações planejadas em projetos na escola e que abrange a comunidade como um todo sendo um grande desafio.” (P16)

A formação docente é outra lacuna a ser preenchida para a efetivação de uma educação antirracista focada em crianças de até 5 anos e 11 meses:

> “Para ter um sucesso ao falar sobre culturas preta, indígenas na educação infantil é necessário de muito estudo e conhecimento. E saber o que se fala. Nós educadores não temos nem conhecimento da nossa cultura de onde viemos ou que cor somos, como educar uma criança que ainda não sabe o que é preconceito.” (P3)
> “A educação antirracista na escola é sobretudo uma ação, uma abordagem que educa não apenas para cobrir a disseminação de falas racistas e preconceituosas relacionadas a cor da pele .A idéia é valorizar a identidade de diferentes povos e Passar a proteger desde cedo as crianças vítimas do racismo.” (P12)

Tendo em vista o protagonismo docente na educação antirracista, é relevante trazer à tona as respostas das professoras acerca da pergunta 8: “Como o professor pode ser agente de mudança no ambiente escolar no enfrentamento de questões étnico-raciais? Representatividade importa?”. Apesar de uma resposta em branco, todas as demais professoras afirmaram que a representatividade é importante, em especial, por proporcionar autoestima, empoderamento e acolhimento:

> “Professor pode ser agente da mudança trabalhando desde a primeira infância , mas é preciso que tenha continuidade . A representatividade importa sim pois pode ajudar na formação da personalidade das pessoas, mas isso vai muito além. Pode gerar, também, autoestima, empoderamento e a confiança em si mesmo.” (P3)
> “Sim, é importante a representatividade pois mostra as crianças e aos pais que não temos padrão dentro da escola e crianças negras se sentem mais acolhidas ao ver alguém no qual elas identificam.” (P19)
> “Sendo o exemplo, fazendo a diferença desde a primeira infância. Representatividade é muito importante em todas os contextos, sejam eles sobre questões raciais, deficiências ou corporais.” (P11)
> “Trabalhar na perspectiva de mostrar o que temos de forte por termos diferenças e não silenciar diante de nenhuma violência, pois não tolerar a discriminação é o primeiro passo para caminhar em direção ao respeito. Representatividade importa sim! quando se fala em inclusão de diversidades, é algo fundamental para espelharmos a demografia de nossa sociedade nos amplos espaços de poder que frequentamos.” (P5)

Já as reflexões sobre o docente como agente de mudança resultaram em propostas e falas variadas. Um dos entendimentos apresentados foi que o “[...] o professor é um mediador de grandes mudanças, e é através da educação que se transforma o sujeito para a sociedade.” (P13). Além disso:

> Primeiro o professor,irá trabalhar (sic) com seus alunos o respeito, eles necessitam compreender que ninguém é igual ao outro, temos gostos diferentes, temos cor de pele diferentes, cabelos, cor de olhos, enfim, uma variedade de características diversas. E nem por isso podemos ser melhor ou pior que alguém. O professor precisa passar aos seus alunos, a importância de cuidar de si e do outro, valorizar a essência de cada um. outro ponto também são as existência (sic) das regras, da lei, para que eles saibam que existem leis, que ampara os cidadãos. (P4, 2022).

As listas abaixo foram elaboradas a partir da análise das respostas obtidas com o questionário:

Pontos de partida – princípios basilares:

- Necessidade de conhecimento docente sobre as questões étnico-raciais;
- Estudo, pesquisa e busca por conhecimento;
- Não silenciamento das discriminações;
- Direito à diferença;
- Incentivo do respeito ao próximo;
- Tratamento sobre questões éticas e sociais;
- Inclusão de diversidades;
- Ludicidade;
- Importância da continuidade;
- Envolvimento da comunidade escolar;
- Acolhimento;
- Igualdade;
- Equidade.

Exemplos de estratégias:

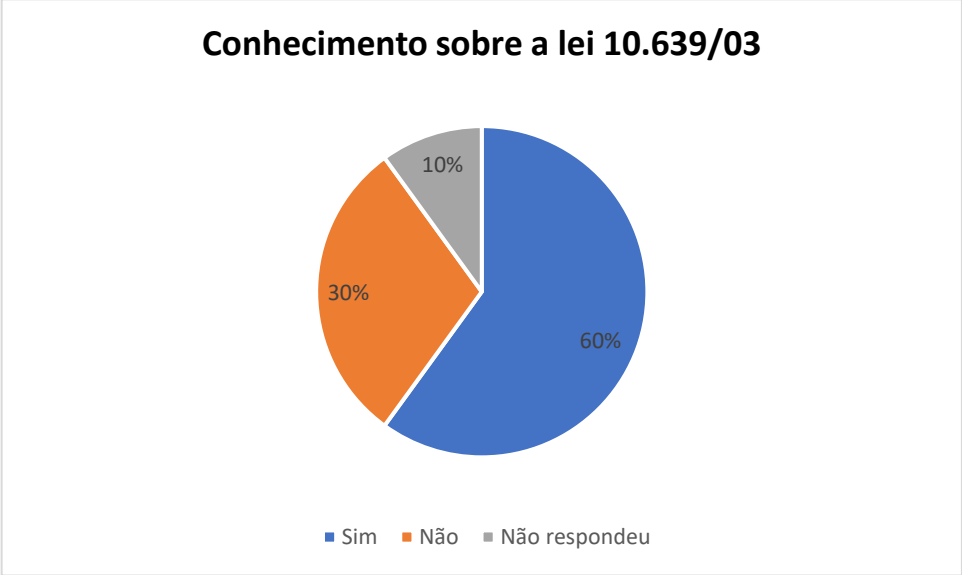
- Roda de conversa;
- Histórias;
- Conto infantil;
- Intervenções antirracistas;
- Ensino sobre as leis e sobre o fato de o racismo ser crime;
- Uso de livros antirracistas;
- Uso de bonecas negras;
- Filmes sobre racismo;
- Atividades sobre identidade;
- Projetos e ações contra o racismo em geral.

Lei 10.639/03: persistência do desconhecimento

A amostra investigada na pesquisa que resultou neste artigo demonstrou conhecimentos aquém do esperado nas hipóteses sobre a existência da lei 10.639/03. Das 20 respostas obtidas, seis respondentes afirmaram não ter conhecimento sobre a legislação e duas não responderam, o que equivale a 40% da amostra pesquisada. Tendo em vista o caráter de obrigatoriedade conferido a essa alteração da LDB,

considera-se que tal diagnóstico é bastante preocupante para a efetivação de uma pedagogia antirracista na educação infantil:

Figura 4 – Conhecimento sobre a lei 10.639/03



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Apesar de refutar uma das hipóteses da pesquisa, resultados como esse já foram encontrados em outras investigações, a exemplo da constatação de Campos e Soriano (2021), ao estudarem práticas educativas no combate ao racismo no contexto da Educação Infantil:

> No que tange à formação dos/as professores/as da Educação Infantil e o tratamento da questão étnico-racial, Oliveira (2017) declara que são inúmeras as profissionais leigas que exercem atividade nessa etapa de ensino. Por vezes, com a formação incompleta e com as lacunas existentes no tratamento do combate ao racismo nessa modalidade de ensino, faz-se urgente estabelecermos mecanismos que oportunizem um melhor preparo dos docentes para que desenvolvam um trabalho fundamentado em uma perspectiva antirracista, promovendo, assim, a busca pela promoção da igualdade racial, fortalecimento da identidade negra e auxílio do respeito mútuo entre negros e não negros (CAMPOS; SORIANO, 2021, p. 115)

Nas respostas negativas, foram mencionadas palavras como “nunca” ou “desconheço”. Além disso, mesmo nas situações nas quais a pessoa afirmou conhecer a legislação, houve explicações imprecisas. Por exemplo, uma das entrevistadas mencionou que a lei aborda a necessidade de trazer à tona a história e cultura indígenas, porém essa regulamentação só aconteceu por meio da lei 11.645/08. Outra resposta foi generalista: “Que os direitos são conquistas e estas conduzem às mudanças que a muito arrastam. Através desta lei o reconhecimento desses direitos poderão ser observados, validados, honrados (sic)” (P23). Não se

observou uma relação entre tempo de trabalho na educação infantil e conhecimento da lei, pois houve respostas negativas entre períodos variados de serviço na área: quatro meses, seis meses, 1,5 ano (duas vezes), seis anos, 10 anos (2 vezes) e 20 anos.

ACHADOS DE PESQUISA: À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação feita trouxe à tona aspectos inerentes a três categorias: silenciamento do racismo estrutural; complexidade no enfrentamento do racismo na educação infantil; e invisibilidade da lei 10.639/03 na educação infantil. O perfil das docentes participantes coincidiu com dados de investigações mais amplas e com levantamentos oficiais, a exemplo do Censo do Ensino Superior.

O racismo estrutural atravessou parte das respostas e esteve presente tanto no sofrimento de professoras pardas e pretas que sofreram preconceitos na infância (um dos mais citados foi o capilar) como nas falsas brincadeiras racistas feitas com educandos atuais. Outra perspectiva em que se observou o racismo estrutural foi na negação desse fenômeno na educação infantil, feita por algumas docentes participantes, o que confirma o silenciamento do racismo já mencionado em pesquisas anteriores e presente nas hipóteses da investigação (CAVALLEIRO, 1998; CALADO, 2013).

Com relação ao enfrentamento do racismo na educação infantil, observou-se um cenário complexo, pois foram apontados múltiplos atores para que essa ação seja efetiva no contexto escolar: docentes, educandos, familiares, gestão escolar e comunidade escolar. Em especial, as influências da família e dos adultos nos comportamentos infantis foram bastante ressaltadas por diferentes entrevistadas, em perguntas variadas. Há também um cenário conjuntural com desafios, em virtude das expressões do racismo estrutural na sociedade e da necessidade de formação docente. A preocupação com a formação da identidade dos educandos no cenário da educação infantil, o reconhecimento da relevância da representatividade e a necessidade de formação dos educadores também ficaram destacados.

Por fim, a invisibilidade da lei 10.639/03 na educação infantil ficou evidente e refutou uma das hipóteses iniciais da investigação. Ter 40% das sujeitas pesquisadas sem conhecer ou mencionar a legislação é um dado considerado preocupante, que pode comprometer o volume de ações pedagógicas antirracistas e ainda aumentar o

risco do exercício de uma pedagogia de eventos. Em outras palavras, há o perigo de que as atitudes antirracistas se restrinjam a datas específicas, como o 20 de novembro, por exemplo.

O plano original de se promover uma formação continuada docente foi mantido e corroborado após os resultados dos questionários, em conformidade com a coordenação pedagógica, a fim de tornar o CEI um local de referência de educação antirracista na região de Cidade Ademar. Inclusive, planeja-se uma maior periodicidade dos encontros e o envolvimento de mais atores sociais no processo, em especial, das famílias dos educandos. Além disso, emergiu a necessidade de se ampliar a investigação sobre o conhecimento dos docentes sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, com o intuito de que se saiba o grau de profundidade de conhecimentos acerca do tema, para, assim, haver uma continuidade dessa formação continuada tão necessária para tornar a escola infantil um *lócus* privilegiado de enfrentamento do racismo no Brasil (CALADO, 2013). Não se sabe se as gerações atuais contemplarão o fim do racismo, mas, sem dúvida, a conscientização de crianças desde a primeira infância por meio de medidas antirracistas é um caminho.

Será possível ainda contribuir com estratégias que auxiliem os professores negros e não-negros na elevação da autoestima de educadores e educandos negros, no reconhecimento da contribuição que o negro tem na sociedade brasileira, visando tornar a escola um lugar igualitário para a convivência de todos, e, de forma mais ampla, da resistência ao racismo estrutural no país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa. **Agência Senado**, Brasília, 11 ago. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa. Acesso em: 15 dez. 2022.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições** [online]. 2017, v. 28, n. 1, pp. 55-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ATAÍDE, P. C. O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE POR MULHERES. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 142–157, 2015. DOI: 10.18766/2446-6549/interespaco.v1n1p142-157. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/3440. Acesso em: 8 dez. 2022.

BRASIL. **Lei 10.639, de 19 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (Coord.). **Negras (In) Confidências –** Bullying, não. Isto é Racismo. (Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03). 1. ed. Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2013.

CALADO, Maria da Glória. **Escola e enfrentamento do racismo:** as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.48.2013.tde-25032014-133053. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAMPOS, Leonardo Lacerda; SORIANO, Rassiana Santos. Práticas educativas no combate ao racismo: discutindo estratégias para a Educação Infantil. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal,** [*s.l.*], v. 8, n. 2, maio 2021. Disponível em: http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1011. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARVALHO, Daniela Melo da; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 148-168, set.-out. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7188959>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2007.

CERQUEIRA, Daniel *et al.*. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, v. 12, n. 23 [Acessado 23 Dezembro 2022], pp. 100-122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza. **Agência IBGE Notícias,** Brasília, 03 dez. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza#:~:text=As%20taxas%20de%20extrema%20pobreza,pobreza%20(7%2C5%25). Acesso em: 15 dez. 2022.

GÊNERO E NÚMERO. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. **Gênero e Número**, [*s.l.*], 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/. Acesso em: 15 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: BRASÍLIA. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei 10.639/03. Brasília, SECAD/MEC, 2005, p.39-62.

GOMES, Nilma Lino. (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, UNESCO, 2012. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 21, pp. 40-51, dez. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004. Acesso em: 15 dez. 2022.

GORZIZA, Amanda; PILTCHER, Antônio S.; BUONO, Renata. HÁ MAIS MULHERES PROFESSORAS NAS SÉRIES INICIAIS QUE NAS SÉRIES FINAIS. **Piauí**, São Paulo, 17 mar. 2021. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/ha-mais-mulheres-professoras-nas-series-iniciais-que-nas-series-finais/#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do,o%20percentual%20diminui%20para%2058%25. Acesso em: 15 dez. 2022.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUZ, Fabiana. Existe alguma possibilidade da população negra e pobre paulistana não ser a principal vítima fatal do Covid-19?. **Portal Geledés**, São Paulo, 29 abr. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/existe-alguma-possibilidade-da-populacao-negra-e-pobre-paulistana-nao-ser-a-principal-vitima-fatal-do-covid-19/. Acesso em: 15 dez. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação.** In.: M.K. (Org.) **Superando o racismo na escola.** 3. ed. Brasília: Ministério de Educação, 2005.

NCPI. **Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2021. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural:** uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

PEREIRA, Valdirene Contarato. **Educação Infantil:** contribuições de intelectuais negras no combate ao racismo. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Campus Sosígenes Costa, Porto Seguro, 2018. Disponível em: https://www.sinteseeventos.com/site/redor/GT1/GT1-11_Valdirene.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade del poder, eurocentrismo y America Latina** In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SALES, Adriane de Castro Menezes; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Escolha da carreira e processo de construção da identidade profissional docente. **Educação em Revista** [online]. 2011, v. 27, n. 3, pp. 183-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000300010>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SANTIAGO, F. Creche e racismo. **Revista Eletrônica de Educação**, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p. 441–460, 2015. DOI: 10.14244/198271991118. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1118. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, Eduarda Roberta Oliveira da; NASCIMENTO, Steffano Mateus Torres do; ARANTES, Adlene. Preconceito capilar no contexto escolar. Congresso Nacional de Educação, 5., Recife, 2018. **Anais do V Congresso Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA6_ID560_07092018204144.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, Jociara Rejane da. **O ensino para as relações étnico-raciais na Educação Infantil.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, Campina Grande, 2016. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/19976/1/JOCIARA%20REJANE%20DA%20SILVA.%20TCC.%20LICENCIATURA%20EM%20PEDAGOGIA.2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.